

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União paga 4 mil pensões irregulares a filha solteira de ex-servidores, diz CGU 3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira quer reduzir poder do Senado e trava Legislativo (Editorial) 8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil, exportador de talentos e empreendedores (Artigo) 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Violação de sigilo de informações ainda é frequente 12

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Acordo dará 9% de reajuste para servidores federais 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Candidato a imperador da Câmara (Editorial) 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desaceleração da inflação terá fôlego curto, apostam economistas 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Sem viajar, Lula fica no olho do furacão 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Pressões da máquina (Editorial) 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

A lógica fria dos juros assusta? - MARCOS DE VASCONCELLOS 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Juros reais caem, mas dão pouco alívio para atividade econômica 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Especialistas cobram novas regras de governança e respeito a marcos legais 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Quebra de bancos nos EUA reacende debate sobre investimento em bitcoin 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Empurrão para o PIB em 2023 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Gasto social de qualidade é investimento - RICARDO HENRIQUES 37

Segunda-Feira, 27 de Março de 2023

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI alerta para risco à estabilidade financeira.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Fim do embargo chinês deve ter impacto no preço da carne..... 40

União paga 4 mil pensões irregulares a filha solteira de ex-servidores, diz CGU

TÁCIO LORRAN BRASÍLIA

Filha do poeta e compositor Vinícius de Moraes, Georgiana de Moraes recebe todos os meses do governo federal R\$ 13 mil. Na condição de filha de diplomata - carreira menos conhecida de Vinícius -, ela ganhou o direito de ser remunerada pelo Estado brasileiro após a morte do pai, em 9 de julho de 1980. Assim como Georgiana, 60 mil filhas de **ex-servidores públicos** recebem pensão de até R\$ 39 mil por mês por serem solteiras. A despesa custa aos cofres públicos, por ano, aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Uma auditoria do governo identificou que 4 mil mulheres burlaram a legislação que lhes garantiu o benefício, mas seguem recebendo a mesada. O pentefino da Controladoria-Geral da União (CGU) cruzou dados de cartórios de todo o País e descobriu que 2,3 mil se casaram ou mantêm união estável. Outras 1,7 mil ingressaram no serviço público. Essas duas condições são vetadas pela lei. Os pagamentos irregulares resultam num prejuízo de R\$ 145 milhões por ano ao País.

Georgiana vive atualmente com um companheiro, que se apresentou como Carlos Alberto. Ao Estadão, ele disse que os dois são "casados". Ela confirmou que os dois moram juntos "há algum tempo", mas negou o matrimônio. Questionada sobre as condições da união, Georgiana não atendeu mais a reportagem. Outra filha de Vinícius de Moraes, Maria Gurjão de Moraes recebe pensão pela morte do pai desde os dez anos. Hoje, com 53 anos, o valor do benefício é de R\$ 13.684. O advogado dela foi procurado, mas não respondeu.

As irmãs e outras beneficiárias tiveram a mesada cancelada em 2016, após uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) considerar irregular o pagamento a mulheres que possuíssem renda própria, como emprego na iniciativa privada ou atividade empresarial, por exemplo. Georgiana é psicóloga, cantora e empresária. Maria é empresária, nas áreas de cultura e publicidade.

SUPREMO. A decisão do TCU foi suspensa menos de dois anos depois pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. O ministro afirmou que o Tribunal de Contas não poderia retirar um benefício previsto em lei e determinou a volta do pagamento a

filhas de servidores mesmo se elas trabalhassem (mais informações nesta página). Com isso, a mesada foi retomada e as beneficiárias também receberam valores retroativos ao período - no caso das filhas de Vinícius de Moraes, a soma foi de R\$ 381 mil.

No mês passado, o governo gastou R\$ 235 milhões com as 60 mil filhas solteiras de ex-servidores, de acordo com dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos compilados pelo Estadão. A despesa anual de R\$ 3 bilhões bancaria, durante um ano, 180 mil aposentadorias do **INSS** no valor de R\$ 1.302 pagas a quem tem 15 anos de trabalho e 60 anos de idade.

LEI. A mesada começou a ser paga às filhas de funcionários públicos no governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, quando foi aprovada a Lei 3.373, com a justificativa de que as mulheres não poderiam se sustentar sem pai ou marido. Depois disso, apesar das mudanças sociais e de costumes, a pensão foi mantida. Em 1990, o governo deixou de reconhecer novas beneficiárias, mas a mesada continuou para quem já estava na folha de pagamento.

Recebem o benefício filhas solteiras de ex-juizes, auditores fiscais, defensores públicos, escrivães, procuradores, delegados, desembargadores, assistentes jurídicos, peritos, professores e policiais. Há, ainda, filhas de diplomatas, ministros de Estado e ministros do Supremo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do TCU.

No Itamaraty estão filhas pensionistas de servidores conhecidos da história do Brasil. Além das herdeiras de Vinícius de Moraes, a lista inclui Anna Maria da Câmara Canto, filha do ex-embaixador no Chile Antônio Cândido da Câmara Canto. São figuras de lados opostos da história. Vinícius foi cassado pela ditadura militar brasileira. Já Câmara Canto se aproximou da ditadura do chileno Augusto Pinochet.

Ao Estadão, Anna Maria disse que passou a vida inteira sozinha e é solteira. "Eu gostaria de ter casado e de ter tido filhos, mas, lamentavelmente, não tive essas duas coisas", afirmou. Assim, ela recebe do governo brasileiro R\$ 27.369 todos os meses.

A dentista Elisa Beatriz Ramalho Trigueiro Mendes, de 53 anos, é filha do ex-auditor fiscal da **Receita**

Federal Durval Bartolomeu Trigueiro Mendes. Tinha 12 anos quando o pai morreu, em 1981, e herdou dele uma pensão. Desde então, recebe o benefício. Hoje, o valor é de R\$ 26.075,71.

Apesar disso, registros públicos indicam que Elisa tem um companheiro, o médico Antônio de Aracoeli Lopes Ramalho, e duas filhas. As redes sociais dele têm fotos ao lado da família. "Parabéns para minha linda esposa e eterna namorada", postou o médico no dia 12 de junho do ano passado.

Procurada, Elisa alegou que a ligação estava falhando assim que a reportagem informou o assunto da conversa. Depois, ela não atendeu mais e não respondeu aos contatos, feitos também por meio de aplicativo de mensagens.

VALORES. Entre as filhas de ex-servidores que recebem os maiores valores está Maria Lucia Rangel de Alckmin, de 79 anos. Ela é filha do ex-ministro do Supremo José Geraldo Rodrigues de Alckmin e prima do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB). Dados do governo mostram que ela ganha, por mês, R\$ 39.293.

É o mesmo valor do salário do presidente da República. Em janeiro, a mesada de Maria Lucia foi de R\$ 58.939, porque o benefício teve o acréscimo de "gratificação natalina".

Filhas de ex-deputados e ex-senadores que morreram até 1990 também têm direito à mesada do governo por essa condição. O País gasta cerca de R\$ 30 milhões por ano com 194 mulheres filhas de parlamentares. No caso dos congressistas, bastava ser eleito para um mandato para garantir o pagamento para filhas solteiras.

Uma das maiores pensões do Congresso é paga à filha de um ex-analista do Senado. Ela recebe R\$ 37.992,32 de pensão por mês, benefício do qual usufrui desde 1989. Um grupo de aproximadamente mais 30 mulheres recebe R\$ 31.197,09 (cada uma) de pensão - todas são dependentes de ex-servidores da Casa e estão incluídas na categoria "filha maior solteira" na folha de pagamento.

Vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, o advogado Diego Cherulli foi responsável por uma parcela das ações que chegaram ao Supremo contestando a determinação do TCU de bloquear a mesada das filhas que têm outra renda.

Ele reconheceu que pagar pensões a filhas solteiras de ex-funcionários não condiz com o atual momento do País. Por outro lado, defendeu ser necessário respeitar "o direito adquirido", sob pena de, segundo

ele, comprometer planejamentos pessoais e gerar injustiças. "Não podemos desconsiderar o direito adquirido e o planejamento das pessoas. A pessoa se planejou para receber, durante a vida toda, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil. Entendo que, para quem já recebe, é devida a manutenção", disse Cherulli.

ANÁLISE. Procurado pela reportagem, o Ministério da Gestão e da Inovação informou que ainda não tomou providências sobre os benefícios irregulares. A pasta justificou que recebeu o resultado da auditoria somente em janeiro. "O relatório ainda está sendo analisado por alguns setores, que irão verificar todos os apontamentos da CGU, dentro de sua área de competência", afirmou a pasta. "O resultado final será respondido, oportunamente, ao órgão de controle interno." O Itamaraty disse que não se manifestaria. O Ministério das Relações Exteriores afirmou apenas que os processos de concessão, alteração e cancelamento de pensão civil são acompanhados pelo TCU.

Congresso Filhas de parlamentares que morreram até 1990 também recebem pensão; gasto é de R\$ 30 mi/ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

.....

***“Não podemos
desconsiderar o direito
adquirido das pessoas.
Para quem já recebe, é
devida a manutenção”***

Diego Cherulli

**Vice-presidente do Instituto
de Direito Previdenciário**

.....

.....

Pente-fino

60.131

mulheres constam atualmente na folha de pagamento da União como “filhas maiores de 21 anos solteiras”

R\$ 3,058 bi

É o valor gasto por ano com o pagamento do benefício

3.955

mulheres recebem a pensão irregularmente, segundo auditoria da CGU – ou são casadas ou trabalham em cargo público

R\$ 144,9 mi

é o valor gasto por ano com esses pagamentos irregulares

FONTE: MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO

.....

Para lembrar

Fachin determinou retomada de pagamentos

● Legislação

A mesada passou a ser paga às filhas de funcionários públicos em 1958, quando foi aprovada lei segundo a qual mulheres não poderiam se sustentar sem pai ou marido

● TCU

Em 2016, o Tribunal de Contas da União realizou pente-fino e considerou irregular o pagamento a filhas que possuísem renda própria

● Supremo

Em 2018, Edson Fachin ordenou a volta da mesada; para ele, a pensão só poderia ser cortada se a mulher se casasse ou fosse servidora pública

Lira quer reduzir poder do Senado e trava Legislativo (Editorial)

Mais de 50 dias após o início do ano legislativo ele continua encalacrado, desta vez pela disputa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), contra o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Lira já concentra mais poderes do que todos seus antecessores no cargo, e quer mais. Ele não quer abrir mão de um rito provisório, criado na pandemia, de levar as Medidas Provisórias diretamente a plenário, indicando seus relatores e influenciando em seu tempo de tramitação e conteúdo, para depois encaminhá-las ao Senado. A pandemia terminou, mas Lira quer perenizar o dispositivo, que atende suas ambições.

A Constituição determina que as MPs sejam em primeiro lugar avaliadas por uma comissão mista em que o número de deputados e senadores é igual. Esse foi um dos pretextos usados pela subversão por Lira: se é para ter comissão mista que ela seja proporcional ao tamanho das casas, e não paritária, como manda a lei. A Câmara tem 513 deputados e o Senado, 81 senadores. A proposta requer aprovação de emenda constitucional.

Depois de vários encontros sem acordo, Rodrigo Pacheco decidiu instalar as comissões para analisar as 13 MPs editadas pelo governo Lula-nas quais estão a volta do voto de desempate no **Carf**, a recriação do Bolsa Família e a reorganização de ministérios. O presidente da Câmara prometeu boicotá-las. Pelo regimento, Pacheco tem o direito de indicar membros dos partidos para compô-las. Lira, por seu lado, prometeu votar as 16 MPs que restam do governo Bolsonaro e exigiu discussão conjunta com o Senado para isso.

O presidente da Câmara foi mais longe. Reuniu-se com o presidente Lula na sexta para pedir-lhe apoio a sua posição-ele sabe o que está em jogo para o Planalto e pode insinuar má vontade com as MPs. A ameaça de caducidade das medidas criada por essa situação levou Lula a realizar reunião com alguns ministros para definir uma posição. Foi decidido então que essa é uma disputa no Congresso que deve ser decidida pelo Congresso e na qual o governo não deve se intrometer.

A disputa é artificial e contrária aos interesses do país. Lira quer agora diminuir os poderes do Senado e aumentar os seus, mesmo quando a Constituição já

lhe dá o suficiente. Os dispositivos que criaram as comissões mistas prescrevem que a tramitação das MPs tem de iniciar pela Câmara, o que deixa pressuposto que modificações feitas pelo Senado terão de ser reavaliadas pelos deputados, que podem ou não acatá-las.

Lira ameaça fazer esta semana um esforço concentrado para votar as 16 MPs deixadas por Bolsonaro, pelo rito anterior, ou seja, assuntos relevantes e urgentes, como contêm as MPs, serão examinadas embaciadas, com o rigor de sempre, ou seja, quase nenhum.

Depois de assenhorear-se da liderança do Centrão, com o acordo feito com o governo Bolsonaro para dar-lhe uma base parlamentar que o então presidente se recusara a compor, Lira, em troca, não encaminhou nenhum das dezenas de pedidos de impeachment contra o ex-capitão. Em troca, ganhou de presente, junto com Pacheco, os recursos do orçamento secreto. Ao coordenar o trânsito de mais de R\$ 50 bilhões das emendas do relator desde 2021, construiu vasta rede de apoio a seu comando na Casa, e aval a seus interesses políticos, independente de filiações partidárias.

Lira, ao se fortalecer, ampliou a entropia das alianças intra e interpartidárias, ao dar peso, com o dinheiro das emendas, a pessoas e não tanto a partidos ou blocos. Depois que as emendas do relator foram proibidas pelo STF, um rescaldo delas (R\$ 9,8 bilhões) ainda vaga pelos ministérios, mas o fato principal é que os apoios ao governo (agora, a qualquer governo) foram pulverizados mais ainda. Lula, que evita como pode antagonizar Lira, teve de liberar cargos à moda antiga para os partidos, e mesmo assim não conseguiu até agora formar uma base fiel de apoio.

As exigências cresceram, as negociações se tornaram mais numerosas - com alas de um mesmo partido, ou com caciques diversos de uma mesma legenda-e muitas vezes, como está se tornando um padrão, caso a caso. A lentidão para formar maiorias, que tem a influência das ações de Lira, é um corolário desses tipos de acordos.

Ao receber apoio de partidos de direita, centro e esquerda, o presidente da Câmara foi reeleito. Com Bolsonaro, o Legislativo aumentou seu poder e, para

manter o então presidente na linha, o mesmo aconteceu com o Judiciário. O Executivo saiu diminuído e é com isso que Lula terá de lidar. Não é fácil.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187502?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187502?page=1§ion=1)**

Brasil, exportador de talentos e empreendedores (Artigo)



Eduardo Carvalho é Harvard Advanced Leadership Fellow e Autor do Livro Por um Brasil Digno

Segundo o Ministério de Relações Exteriores, 4,2 milhões de brasileiros residem no exterior. Em Portugal, o número de brasileiros cresceu pelo quarto ano consecutivo, atingindo em 2020 o recorde de 183.993 residentes, de acordo com o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal.

O portal consular do Itamaraty registra que 1,7 milhão de brasileiros estão nos EUA e cresce o número de profissionais qualificados que deixaram o país para morar e trabalhar lá. Em 2020, foram concedidos cerca de dois mil vistos de residência para profissionais com "habilidades excepcionais", incluindo profissionais de saúde, de acordo com o Departamento de Estado dos EUA.

Há um boom na saída de profissionais de saúde para o exterior. A maioria vai em busca de valorização profissional e pelo investimento em pesquisas nesses países. São médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas. Os países desenvolvidos estão carentes desses profissionais e ávidos por recebê-los.

Jovens cientistas também deixam o país. São líderes nas suas áreas, o tipo que não se quer ver sair do país, afirma Hugo Aguilaniu, diretor-presidente do Instituto Serrapilheira, no Rio de Janeiro. Portugal,

Canadá, EUA, Emirados Árabes, Alemanha, Espanha, Austrália, Suíça, entre outros, são países que investem em pesquisas, têm Centros de Inovação respeitados internacionalmente, são atrativos para esses jovens.

A disparidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento aumenta a desigualdade entre o Brasil e outros países. Em 2019, os EUA investiram US\$ 613 bilhões, a China US\$ 515 bilhões, enquanto o Brasil investiu em 2017 (último dado obtido) US\$ 38 bilhões. O Brasil tem menos de 900 pesquisadores por milhão de habitantes. Países da OCDE têm, em média, 4.000 pesquisadores por milhão de habitantes.

A pandemia acelerou a contratação de talentos brasileiros por empresas internacionais. Os profissionais sequer precisam sair do país para trabalhar no exterior. A tão falada fuga de cérebros é também virtual, o que potencializa ainda mais esse efeito. A competição por profissionais qualificados é cada vez mais acirrada, principalmente, na área de tecnologia, mas também em marketing, infraestrutura e design. As empresas de recrutamento Robert Half, Michael Page e Randstad, entre outras, têm experiência nesse processo.

Empreendedores também vão. Instalam-se nos países desenvolvidos e administram suas empresas à distância ou as vendem à corporações e fundos de investimentos globais. E adeus, Brasil.

Lamentavelmente, se depender da vontade dos jovens brasileiros, o Brasil seria o país que mais exporta profissionais de talento para o mundo. A pesquisa realizada pelo Boston Consulting Group (BCG) indica que 75% dos 1.358 entrevistados desejariam trabalhar em outro lugar. 76% desses jovens tinham menos de 30 anos de idade e 82% possuíam pós-graduação. Outra consultoria, a Ipsos divulgou a pesquisa Broken-system Sentiment em 2021, realizada em 25 países, que coloca a sociedade brasileira no topo do ranking mundial de desalento.

Pesquisa realizada em 25 países coloca a sociedade brasileira no topo do ranking mundial de desalento Segundo dados da **Receita Federal**, o número de brasileiros que apresentaram declaração de saída definitiva do país aumentou a cada ano desde 2010. Naquele ano foi 8.170. Em 2014 aumentou para cerca de 15 mil. Desde então mantém-se em patamar entre

21 e 23 mil, excetuando 2020. Esse êxodo compreende muitos profissionais considerados excepcionais. É o fenômeno "brain drain", fuga de cérebros, gerando benefícios financeiros para os países que os acolheram.

Entre outubro de 2012 e agosto de 2022, brasileiros investiram cerca de R\$ 4,8 bilhões no programa dos vistos gold de Portugal, cuja principal forma de obtenção é a compra de imóveis no valor de 500 mil, (R\$ 2,8 milhões) no país.

Estudar no exterior é uma porta para o êxodo e também para beneficiar a economia do país anfitrião. A NAFSA, a Associação de Educadores Internacionais, revelou que um milhão de estudantes internacionais que estudaram em faculdades e universidades nos Estados Unidos durante o ano acadêmico de 2021-22 contribuíram com cerca de US \$ 33,8 bilhões para a economia dos EUA. Na França, 10 mil estudantes internacionais entrevistados contribuíram com cerca de 5 bilhões (U \$5 bilhões) para a economia francesa. No Reino Unido, calcula-se que esses estudantes renderam £ 28,8 bilhões (US\$ 35 bilhões) ao país.

São muitos os motivos para esse êxodo, mas é consensual a falta de perspectiva no futuro do país. Isso causado pelo desarranjo político brasileiro e por uma economia instável que elimina a crença de que o país poderá se tornar uma nação desenvolvida. Entre 1980 e 2021, o país cresceu menos do que a média mundial ou de outras economias semelhantes.

A geração "nem-nem" reforça esse sentimento. É representada por brasileiros entre 17 e 29 anos e soma 12,3 milhões. 47% desses jovens desejam sair do país, segundo o Atlas da Juventude, coordenado pela FGV Social.

Outros motivos são repetitivos em pesquisas: elevado indicador de criminalidade e corrupção; serviços públicos de saúde, educação e segurança precários, obrigando as famílias de classe média a contratar serviços privados; dificuldade em abrir e sustentar negócios; oportunidades restritas para progredir na carreira em empresas privadas e o serviço público está inchado e ineficiente. Um país não progride com burocratas.

Além desses, um motivo que se destaca: a lamentável imagem que o Brasil é um país de golpistas. Proliferam golpes de toda natureza: em cartões de créditos e caixas eletrônicos, famílias com filho "sabidinho"; empresas com fins ou sem fins de lucros, em que acionistas e/ou conselheiros formam conluíus para atender seus interesses pessoais, podendo envolver diretores; políticos com inúmeras estratégias

para praticar corrupção, entre tantos outros inimagináveis num país educado, com baixo nível de corrupção.

O exposto retrata casos e fatos que, para um número cada vez mais crescente de brasileiros, o livro publicado em 1941, "Brasil, um país do futuro", é uma ilusão que não se enxerga na realidade.

O custo da boa cidadania mostra ser alto demais para muitos que aqui vivem. A solução para reverter os problemas crônicos do país e, conseqüentemente, inibir a exportação de talentos, requer, fundamentalmente, conscientização patriótica, soluções dos problemas com visão de longo prazo, intolerância à corrupção, instituições públicas e privadas geridas profissionalmente.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187502?page=1§ion=1>

Violação de sigilo de informações ainda é frequente



Ana Luiza Moraes*

A demanda de uma legislação adequada que protegesse o consumidor no ambiente virtual se tornou urgente e, a partir disso, foi criada, à época, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (13.709/2018), conhecida como LGPD. Foram estabelecidas normas para a proteção dos dados pessoais de todos os brasileiros. Contudo, quando o assunto é o conhecimento sobre os dispositivos legais e seus mecanismos, a sociedade, em geral, mostra-se vulnerável.

Thaíze Ribeiro, do escritório Ribeiro e Araújo Advogados, explica que, nos últimos anos, houve uma alta significativa da frequência de casos de violação de dados pessoais virtuais. "Cada vez mais informações pessoais estão sendo acessadas e roubadas por hackers e outras pessoas mal-intencionadas", diz a advogada. Ela menciona o levantamento realizado pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, que estimou que cerca de 8,3 milhões de brasileiros sofrem com o roubo de dados pessoais a cada ano. A amostragem também revela que o Brasil é um dos países que mais sofrem ataques cibernéticos no mundo, com mais de 1,2 milhão de brechas de segurança identificadas anualmente.

Cintia Rosário, 25 anos, relata o dia em que seu cartão foi clonado, após ter comprado um tênis pela internet. "Quando vi, já tinham passado o valor de R\$ 1.114. Tive que entrar em contato com o banco para fazer o estorno, mas foi todo um trabalho", conta a estudante. "De imediato, bloquearam meu cartão para resolver

isso internamente. Fiquei em prejuízo por um bom tempo. Depois, foi constatado que realmente meu cartão tinha sido clonado em sites. Acabei colocando meus dados em sites que não eram seguros, e foram vazados", completa.

Vida privada

Quase todas as movimentações feitas no meio digital são rastreadas, desde uma curta qualquer até uma compra on-line. Por isso, é necessário que o consumidor compreenda os seus direitos, entenda a sua posição dentro dessa relação de consumo e tenha ciência da importância da proteção de seus dados e de suas ferramentas, a fim de promover um maior equilíbrio nas desigualdades presentes nesse mercado. O resultado dessas violações pode envolver danos aos titulares das mais diversas naturezas, para além da pura exposição do consumidor sem consentimento prévio, como impactos financeiros, fraudes bancárias, venda dos dados, podendo, até mesmo, colocar o usuário diante do risco de um perigo real.

Foi o que aconteceu com Iza Carvalho, 22. Assinante de um plano de proteção antivírus, a estudante conta que recentemente foi alertada de que seu endereço de e-mail e suas senhas de aplicativos haviam sido vazadas na dark web. O motivo foi um suposto vírus configurado no momento da instalação de seu Windows. "Imediatamente, troquei todas as senhas e reuni todas as provas para fazer uma denúncia na Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos. Tomei essa atitude justamente porque sei que lá é um espaço que envolve crimes e violência de todos os tipos", relata a moradora do Lago Norte.

Diante de algum tipo de violação, as autoridades orientam que o consumidor reúna todas as provas possíveis, como e-mails, prints e mensagens, e registre uma reclamação no Procon. Também é preciso contatar diretamente a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que oferece as informações necessárias para isso em seus canais de atendimento disponíveis em gov.br/anpd. Assim, será instaurado um processo administrativo contra a organização fornecedora, que poderá ser punida com as sanções previstas na legislação.

"O artigo 43 do CDC dispõe que, no caso de

vazamento, o consumidor tem direito à indenização por danos materiais e morais, como o sentimento de insegurança e vulnerabilidade causado pelo vazamento de dados", destaca Thaíze.

Priscila Araújo, sócia do Torreão Braz Advogados, reforça a importância de o consumidor sempre buscar fornecer a quantidade de dados pessoais necessária para aquela atividade específica, a fim de evitar que as empresas acessem informações desnecessárias, que não se relacionam com o produto ou o serviço fornecido. A advogada orienta o consumidor sobre o que pode fazer para se proteger. "Sempre que for realizar uma compra ou contratar algum serviço, leia a política de privacidade oferecida e busque informações básicas capazes de indicar se a empresa adota boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais. É comum, por exemplo, encontrar tags em sites que destaquem a preocupação da empresa com essa questão", observa.

Jurisprudência

Para o Supremo Tribunal Federal (STF), caso os órgãos públicos utilizem dados de forma ilegal, "o Estado poderá acionar servidores e agentes políticos responsáveis por atos ilícitos, visando ao ressarcimento de eventuais danos". De acordo com o entendimento da Corte, violações intencionais poderão resultar na aplicação das punições previstas nos estatutos dos **servidores públicos** federais, municipais e estaduais.

No Distrito Federal, há o site lgpd.df.gov.br, plataforma criada com o objetivo de disseminar conhecimento sobre a LGPD e a legislação de proteção de dados no âmbito distrital.

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

Fique atento

» Invasão de privacidade: alguém obtém acesso não autorizado a dados confidenciais ou informações pessoais de outra pessoa sem o seu conhecimento ou consentimento.

» Fraude on-line: uma pessoa usa informações confidenciais ou dados de terceiro para obter algum tipo de vantagem financeira ou outro objetivo.

» Ataques cibernéticos: um hacker ou criminoso cibernético tenta obter acesso não autorizado a um sistema de computador ou rede.

» Phishing: um hacker ou criminoso utiliza mensagens ou e-mails fraudulentos para obter informações confidenciais ou dados pessoais de outra pessoa.

» Roubo de identidade: uma pessoa usa a identidade de terceiro para obter vantagens financeiras ou outros benefícios.

Dicas da ANPD para proteção de dados

» Criar backups dos dados armazenados, principalmente em nuvem.

» Ativar a criptografia nos discos e mídias externas, como pendrives.

» Criar senhas fortes, com caracteres especiais, letras maiúsculas, minúsculas e números, evitando colocar dados pessoais ou palavras comuns.

» Habilitar a verificação de senhas em duas etapas, sempre que disponível, principalmente em sistemas de armazenamento em nuvem e aplicativos de mensagens.

» Instalar somente aplicativos de fontes e lojas oficiais.

» Atualizar sempre o sistema operacional e os aplicativos.

» Apagar os dados armazenados antes de se desfazer dos equipamentos e das mídias.

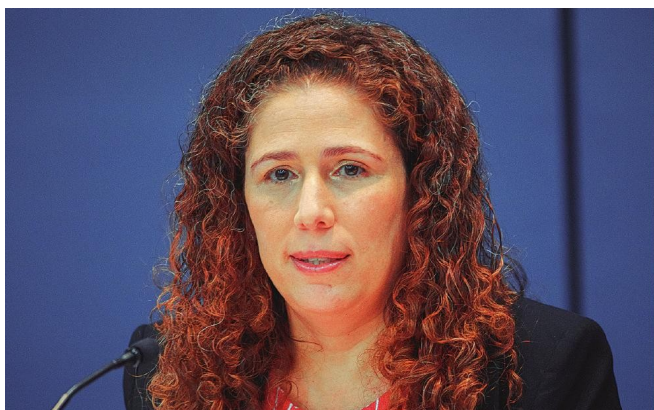
» Desconfiar de links recebidos por aplicativos de mensagens.

» Limitar a divulgação ou fornecimento de dados pessoais na internet, inclusive para redes sociais, ou para empresas, aos casos estritamente necessários.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/27/all.pdf>

Acordo dará 9% de reajuste para servidores federais



O governo e os representantes sindicais dos servidores federais assinaram na sexta-feira (24) o acordo que garante um reajuste linear de 9% nos salários a partir de maio, além de um aumento de R\$ 200 (43,6%) no auxílio-alimentação, que passa de R\$ 458 para R\$ 658. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o acordo cabe na reserva de R\$ 11,2 bilhões no orçamento de 2023 para essa finalidade.

Para que o reajuste entre em vigor, será preciso aprovar um PLN no Congresso Nacional em abril. A ministra da Gestão, Esther Dweck, adiantou que a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já assinou a proposta que será enviada ao Parlamento.

"Hoje mesmo já vou conversar com os líderes no Congresso. Trata-se de uma alteração orçamentária simples de uma rubrica para outra, sem aumento de gastos. Sabemos que ainda existe uma defasagem no auxílio-alimentação em relação a outros Poderes, mas estamos felizes de já poder fazer isso hoje para ser pago a partir de maio", afirmou Dweck.

O governo também se comprometeu a articular com o Congresso a retirada da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma administrativa, enviada em ainda em 2020 pela equipe do ex-ministro da Economia, Paulo Guedes.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, lembrou que a mesa de negociação do governo com o funcionalismo é permanente, após seis anos sem acordos.

"Depois de um longo e tenebroso inverso, se reabre o

diálogo com os **servidores públicos**. Não se constrói uma nação soberana sem um serviço público valorizado e eficiente", afirmou O secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, Sérgio Mendonça, destacou que o acordo foi alcançado após três rodadas de negociação com os servidores. "Foi o acordo possível diante da disponibilidade orçamentária deste ano. Foi um acordo razoável, bom dentro das nossas limitações", avaliou. "Vamos continuar o diálogo e esse debate nas negociações dos anos vindouros, de 2024 a 2026", garantiu.

O presidente do Fórum Nacional de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, apontou que a negociação foi a mais célere da história entre os servidores e o governo federal. "Esse processo marca o retorno da civilidade no debate com os servidores, após anos de ataques contra o funcionalismo", acrescentou.

A ministra da Gestão, Esther Dweck, garantiu que o governo terá condições de manter negociações salariais com os servidores federais dentro das regras do novo arcabouço fiscal que será apresentado nas próximas semanas. "A nova regra fiscal vai ter uma preocupação com a garantia das políticas públicas, e os servidores fazem parte disso. A nova regra vai impor limitações fiscais, mas não levará a uma redução do Estado", afirmou.

O governo chegou a oferecer anteriormente 8,4% de reajuste a partir de abril, que havia desagradado às entidades filiadas aos fóruns nacionais de **servidores públicos**, que falaram em "frustração total". Após pressão, a negociação avançou até chegar aos 9% sem pagamento retroativo.

Diferentes categorias do funcionalismo votaram a favor dos termos ao longo do mês. Sem reajuste salarial desde 2019, os funcionários do Banco Central, por exemplo, deram sinal verde ao acordo em uma assembleia realizada neste mês. A deliberação contou com 95% de votos favoráveis à medida.

Segundo Fabio Faiad, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, a oferta aceita é encarada como um "reajuste emergencial". "O plano é avançar na reestruturação da carreira", afirmou, depois de ter se reunido neste mês com a

diretora de Administração do BC, Carolina de Assis Barros.

O percentual final ficou muito aquém dos 27% pleiteados pela categoria em 2022, quando pressionou o governo com uma greve que durou de abril a julho.

Avanço, mas ainda insuficiente

O movimento dos servidores do BC no ano passado fez parte da mobilização nacional do funcionalismo público por reajuste salarial e reestruturação de carreira.

A Federação Nacional dos Policiais Federais também aprovou, em assembleia geral realizada virtualmente, o reajuste linear proposto pelo governo. O presidente da entidade, Marcus Firme, afirmou em nota no site que o aumento não era o ideal e disse que a categoria precisa de uma real reestruturação salarial.

Já a categoria dos auditores e técnicos federais de Finanças e Controle, com servidores do Tesouro Nacional e Controladoria-Geral da União, deliberou pela aprovação da proposta de reajuste, com 94% de votos favoráveis.

Para Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, a medida representa apenas um passo inicial em relação às demandas da categoria.

"Um avanço em relação aos últimos anos, um primeiro passo, ainda insuficiente, para recuperação das perdas acumuladas e endereçamento das pautas específicas dos servidores do Tesouro e CGU", disse neste mês.

658 reais passará a ser o valor do auxílio-alimentação dos servidores federais 11,2 bilhões do orçamento estavam reservados para o reajuste 8,4% de aumento foi a primeira proposta do governo

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-8b4f40483d154a259f5dfd957c09630f.pdf

Candidato a imperador da Câmara (Editorial)



O País tem um problema a resolver. O presidente da Câmara, Arthur Lira, vem atuando como se fosse um monarca absolutista, sobre o qual os limites da Constituição não teriam efeito. Perante as leis da República, ele estaria acima do bem e do mal. Seu comportamento em relação à tramitação das medidas provisórias (MPs), descumprindo e desautorizando o rito constitucional, é apenas a ponta de um iceberg de uma compreensão absolutamente distorcida sobre as funções e os contornos da presidência da Câmara dos Deputados.

Em fevereiro, Arthur Lira teve uma vitória absolutamente espetacular na recondução à direção da Câmara por mais um biênio (2023-2024). De um total de 513 deputados, 464 votaram nele. Na história recente nacional, considerando os últimos 50 anos, foi a maior votação absoluta de um candidato à presidência da Câmara. O segundo colocado, o deputado Chico Alencar, obteve 21 votos, o que corresponde a menos de 5% do total dado a Arthur Lira. Num país polarizado política e ideologicamente, o deputado do PP de Alagoas reuniu em torno de si todo o mundo da política, do bolsonarismo ao lulopetismo. Teve nada mais nada menos do que o apoio de 20 partidos, incluindo duas federações.

O resultado da votação para a presidência da Câmara diz muito sobre as disfuncionalidades do sistema representativo nacional e o próprio comportamento dos partidos, com um pragmatismo que asfixia qualquer pretensão de identidade programática. Mais do que apoio genuíno, a votação acachapante foi o símbolo do receio, compartilhado pela grande maioria das legendas, de se opor a Arthur Lira. Ninguém ousou enfrentá-lo.

Fosse o presidente da Câmara um exemplo de obediência à Constituição, à lei e ao Regimento Interno, a inexistência de resistência ao seu comando já seria bastante problemática para a vida institucional do País. No Estado Democrático de Direito, o exercício do poder sempre exige controle. E parte importante do controle do poder político fica a cargo da oposição.

No entanto, o que se vê em Arthur Lira é uma situação bem diferente. Ele não é afeito aos ritos institucionais. No biênio 2021-2022, a presidência da Câmara foi marcada por atos de abuso de poder, atropelos, manobras regimentais e descumprimento da legislação. Ele pôs em marcha um movimento de alteração profunda da dinâmica parlamentar, com efeitos de curto, médio e longo prazos. Por exemplo, a mudança do Regimento Interno da Câmara, realizada em maio de 2021, reduziu, num rito já facilitado pela pandemia, ainda mais o espaço da oposição para fazer obstrução, o que afeta diretamente a qualidade do debate e da representação parlamentar.

No entanto, em algumas circunstâncias, mesmo esse rito alterado não foi seguido. Por exemplo, Arthur Lira valeu-se de sessões de um minuto, às seis da manhã, para a contagem do prazo regulamentar. Pôs em votação o projeto de lei sobre o Imposto de Renda (IR) sem divulgar aos próprios deputados o texto final que estava sendo apreciado.

Outra frente de distorção da representação e do debate é o uso abusivo de grupos de trabalho, sobre os quais o presidente da Câmara tem mais discricionariedade e controle, em vez das comissões especiais, cuja composição precisa expressar a representatividade dos partidos. O caso paradigmático do momento é o principal tema em tramitação na Câmara, a **reforma tributária**, que está sendo analisada em um grupo de trabalho, e não em uma comissão especial.

Esse histórico de rolo compressor de Arthur Lira traz

sérias preocupações. E o pior é que, além de ter sido incapaz de suscitar oposição, foi o que lhe rendeu 464 votos na eleição de fevereiro. Os partidos e o sistema político como um todo têm sido coniventes.

É preciso vigilância. Não cabe na República exercício do poder além do que dispõe a Constituição. Jair Bolsonaro tentou e foi contido pelo Judiciário e pelo eleitor nas urnas. Agora, é preciso conter Arthur Lira. Na República, não há imperadores. O funcionamento da Câmara tem de ser expressão de democracia, e não o contrário.»

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desaceleração da inflação terá fôlego curto, apostam economistas

Anaís Fernandes De São Paulo

A **inflação** acumulada em 12 meses, que vem desacelerando mês a mês desde julho de 2022 e chegou a 5,4% na prévia de março deste ano, deve continuar nesse movimento e ir abaixo de 4% até junho, alimentando ainda mais a pressão política para que o Banco Central inicie logo o ciclo de corte dos juros. Economistas alertam, no entanto, que esse alívio deve ser apenas temporário e, mesmo agora, medidas mais tendenciais da **inflação** continuam pressionadas.

A expectativa é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses volte a subir no segundo semestre de 2023, aproximando-se de 6% até o fim do ano e transferindo pressão para 2024, período que está no horizonte relevante para a autoridade monetária, diferentemente da **inflação** corrente.

Segundo economistas, são duas as explicações para esse vaivém da **inflação** acumulada.

Uma delas é estatística. "Até junho, temos três meses de deflação - julho, agosto e setembro de 2022 - entrando nesse acumulado e oferecendo uma contribuição negativa", diz Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

Nesses três meses do ano passado, o IPCA registrou variações negativas de 0,68%, 0,36% e 0,29%, respectivamente, refletindo o corte de **impostos** em itens como combustíveis e energia promovido pelo então presidente Jair Bolsonaro em meio à corrida eleitoral.

"Foi uma canetada do governo.

A partir de julho deste ano, esses números vão sair dos 12 meses e essa base vai ficar maior", diz Marco Caruso, economista-chefe do Banco Original. Além disso, houve no atual governo a reoneração dos combustíveis, ainda que parcial, a partir de março deste ano. "Nosso número fechado para o IPCA em 2023, de 5,7%, supõe uma continuidade de reonerações parciais." A outra explicação para a oscilação da **inflação** em 12 meses tem fundamento mais propriamente econômico, segundo Caruso.

"O mercado de trabalho continua aquecido, ainda que, na margem, o desemprego tenha parado de cair. Quando eu calculo o que isso sugere para a **inflação** de serviços, dada certa defasagem, e conto também com o aumento da massa salarial, por causa das transferências do governo e da própria **inflação** cadente, observo que a **inflação** de serviços deve continuar bastante pressionada ao longo de todo o ano", afirma.

É por isso que o Original diz que a dinâmica do IPCA em 2023 terá "dois atos". "O curto prazo será melhor, pelo efeito estatístico e também por contribuição para baixo dos alimentos. Mas, no segundo semestre, os alimentos não devem ajudar tanto e ainda tem o contraponto de alguma pressão na **inflação** de serviços", diz Caruso.

A **inflação** está, de fato, desacelerando, mas não tão rápido quanto a "ajuda artificial" do corte de **impostos** lá atrás faz parecer, afirma Moreno, do C6.

"Se o governo olhar só a **inflação** passada, em 12 meses, vai usar isso como argumento para pressionar o Banco Central. Mas medidas mais qualitativas e menos voláteis ainda indicam uma rigidez da **inflação** em nível alto", afirma Helcio Takeda, diretor de pesquisa econômica da Pezco.

Para ter uma ideia melhor do que acontece com a **inflação**, Moreno diz ser preciso olhar os núcleos e o que aconteceu, na média, nos últimos três meses.

Dados da MCM Consultores mostram que, na prévia da **inflação** de março, a média dos núcleos acumulada em 12 meses, por exemplo, estava em 7,94%, e não em 5,4% como o IPCA cheio.

"A média móvel de três meses, anualizada e dessazonalizada, que tira esse impacto da **inflação** acumulada, caiu um pouco, mas segue também em patamar elevado e acima da meta", diz Moreno.

As metas de **inflação** para o BC perseguir são de 3,25% neste ano e 3% nos dois seguintes.

No último **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana passada, o BC indicou que, mesmo se os juros permanecerem parados ao longo do horizonte relevante, a **inflação** ficaria

levemente acima da meta no seu modelo, observa Moreno. O C6 espera um corte da Selic apenas em 2024. "Técnicamente, não tem motivo para o BC levar esse "efeitobase" [da inflação em 12 meses menos pressionada no primeiro semestre de 2023] em conta, mas a gente sabe que a pressão política vem", afirma.

Pelo "livro-texto de economia", diz Caruso, os analistas sabem que o BC não baseia suas decisões de política monetária na inflação corrente, mas olhando à frente. "Mas a gente sabe que, em um mundo em que as narrativas importam mais do que as verdades, vai entrar no rol das discussões que a Selic não se mexe, enquanto a inflação no "primeiro ato" vai ficar abaixo de 4%. No calor da emoção, a fervura sobre o BC só aumenta", afirma.

O Original vê o início do ciclo de corte da Selic no último trimestre de 2023, levando a taxa a 13% no fim do ano. "Quem vai acabar dizendo se poderá acontecer antes são as expectativas de inflação e como isso vai bater no modelo do BC. E as expectativas vão andar conforme a leitura que será feita sobre o arcabouço fiscal a ser apresentado", diz Caruso.

A AZ Quest espera que o corte na Selic comece em agosto deste ano, mas a economista Mirella Hirakawa diz ver uma "janela de oportunidade" começar a surgir a partir de junho, quando se espera que o novo arcabouço já tenha sido apresentado. "Vai depender de todos os ingredientes dessa receita para ter um bom produto final."

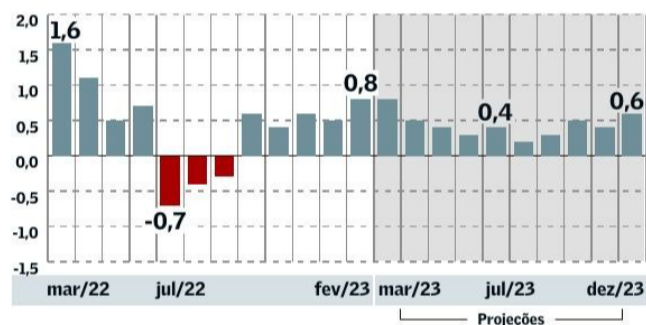
Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187502?page=1§ion=1>

Inflação em dois atos

IPCA acumulado em 12 meses deve cair a 4% até junho, mas voltar a subir no segundo semestre

■ Variação do IPCA - no mês em %



■ Variação do IPCA - 12 meses em %



Fonte: C6 Bank

Sem viajar, Lula fica no olho do furacão



Após cancelar viagem à China e ficar no país, a pneumonia deverá ser o menor dos problemas do presidente Lula ao longo da semana

Divulgação/Ministério da Agricultura e Pecuária



Ministro Carlos Fávaro manteve agenda de compromissos na China

Victor Correia, Rosana Hessel

Com o adiamento da viagem de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, o Palácio do Planalto e os gabinetes dos ministros que iriam com o chefe do Executivo ao país asiático estão quebrando a cabeça para reorganizar a agenda desta semana. Além disso, o petista não conseguiu se distanciar dos problemas domésticos e, agora, vai ter que encarar de frente dois assuntos espinhosos que estão gerando uma crise institucional: o cabo de guerra armado no Congresso entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a tramitação das Medidas Provisórias (MPs) e o desenho do novo arcabouço fiscal, que não tem consenso dentro do governo.

O cardiologista Roberto Kalil, que atende Lula, disse

que o estado de saúde do presidente é bom e, apesar da pneumonia, ele deve trabalhar normalmente nesta semana, "apenas com alguns cuidados para auxiliar na recuperação". Portanto, a doença do chefe do Executivo será o menor dos percalços ao longo da semana, que deverá estar recheada de assuntos espinhosos e sujeita a turbulências. O ônus de criar um ministério grande para incluir aliados de partidos que ainda não estão completamente comprometidos com o novo governo é um deles. A fogueira de vaidades está acesa e, internamente, ministros que acabam tendo mais destaque na mídia são alvo de ataques de petistas. Os alvos preferidos do momento são os ministros Flávio Dino, da Justiça, e Fernando Haddad, da Fazenda, que nunca foi considerado um "petista raiz" e, segundo nota publicada no jornal O Globo, foi elogiado a empresários, nos bastidores, pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. Esses ataques estão ficando evidentes e Lula precisará aparar com conversas ao pé do ouvido dos apoiadores.

Arcabouço

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sinalizou que Lula pretende aproveitar a semana para acertar os detalhes da proposta da nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos ? emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela **inflação** anterior aprovada no fim de 2016 mas que, desde 2019, sofre alterações, deteriorando a credibilidade do arcabouço atual. "O presidente queria organizar, na volta da China, mais duas reuniões com ministros. Certamente o debate da nova regra fiscal vai tomar a semana, com discussões lideradas pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda", declarou Padilha a jornalistas, após visitar Lula no Palácio do Alvorada, no sábado. Contudo, o ministro não soube precisar quando será divulgado o novo marco fiscal.

Haddad tentou antecipar a divulgação do arcabouço fiscal para antes da viagem à China ?, a fim de dar um sinal de que estava preocupado em reequilibrar as contas públicas a fim de recuperar a credibilidade junto ao mercado e ao Banco Central ?, sem sucesso. Lula, contudo, preferiu postergar o anúncio para abril, quando retornasse da China, pois ainda não há um consenso sobre o assunto no governo sob o argumento de que Haddad precisaria estar aqui no Brasil para explicar a proposta. Diante da indefinição sobre que tipo de âncora fiscal o governo pretende enviar ao Congresso, o Banco Central, que vinha

sofrendo pressões de Lula, de seus ministros e de apoiadores para baixar os juros na marra, decidiu manter manteve a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na quarta-feira. E, ainda deu um recado duro ao governo ao deixar a porta aberta para uma nova alta dos juros em vez de queda, caso as pressões inflacionárias persistem.

A expectativa é que o governo acelere a conclusão do arcabouço. Integrantes da Fazenda estimam que é possível apresentar o texto ainda nesta semana, mas a medida ainda pode sofrer alterações e precisa ser aprovada pelo presidente. Na sexta-feira, Haddad declarou que a área técnica do ministério já havia fechado a proposta. "Está tudo em ordem. Agora vamos voltar para o presidente, com as perguntas que ele fez, e é só marcar a data. A palavra final é sempre do presidente", disse.

O marco fiscal, contudo, precisará ser enviado ao Congresso Nacional para deliberação dos parlamentares, que poderão fazer alterações na proposta que precisará ser aprovada logo para ser incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), cujo prazo de envio ao Legislativo vence em 15 de abril. Segundo Padilha, que será o responsável pela negociação da matéria junto ao Parlamento, o ambiente no Congresso é "extremamente positivo". Ainda não há uma sinalização forte sobre os detalhes do desenho da nova regra fiscal. Em linhas gerais, a partir do que foi declarado publicamente, Haddad quer zerar o déficit primário das contas públicas até 2024, o que requer um aperto forte nos gastos. Porém, o ministro também disse que a medida acomodará uma recomposição nos investimentos em áreas importantes, especialmente a Saúde e a Educação.

Esses dois objetivos não são compatíveis sem que o governo aponte que despesas pretende cortar, caso contrário, o aumento da carga tributária será inevitável, o que será péssimo para a imagem de um governo que ainda sequer completou 100 dias. Aliás, esse é um dos motivos para a demora na apresentação do marco é justamente o embate interno na base aliada.

O governo tenta sinalizar que ambos os lados estarão contemplados. "A nova regra vai impor limitações fiscais, mas sem reduzir o tamanho do Estado", afirmou a ministra da Gestão e Inovação do Serviço Público, Esther Dweck.

O economista Benito Salomão, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), acredita que a discussão do novo arcabouço fiscal seria desnecessária se os governos respeitassem as regras existentes. Na avaliação dele, o governo perde tempo com a narrativa de que o teto de gastos. "O Brasil não

precisa de uma nova regra fiscal. O país precisa de políticos que cumpram as regras"atuais. Com a narrativa de que o teto é inexecutável e os ataques ao BC, o novo governo está criando uma crise para ele próprio", alertou. "O que parece é que o governo está absolutamente perdido e ainda não começou de fato, porque Lula nunca teve que administrar um país com restrição fiscal. Agora, a conversa é diferente. Ele precisa saber o que ele realmente pode entregar diante dos limites orçamentários", acrescentou.

Vespeiro no Congresso

O embate entre Lira e Pacheco no Congresso sobre o rito das MPs é outro vespeiro em que Lula não vai conseguir escapar nesta semana. O presidente da Câmara defende a manutenção do rito estabelecido durante a pandemia, segundo o qual a Câmara vota primeiro a medida e depois a envia ao Senado. Pacheco, porém, quer o estabelecimento de comissões mistas para a votação, como era feito anteriormente, retomando a força do Senado. (Leia mais na pág.3) Nesse cabo de guerra do Congresso, várias medidas importantes, como a da nova estrutura do governo, estão paradas desde o início do ano e correm o risco de caducar se não forem aprovadas no Congresso em 120 dias. Na sexta-feira, mesmo doente, o petista recebeu Lira no Alvorada para tentar contornar a questão. Nos próximos dias, ele deve se encontrar com Pacheco.

O presidente do Senado determinou, na sexta, a retomada das comissões, o que foi classificado por Lira como uma "truculência". Lira anunciou que serão votadas as 13 MPs restantes do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nesta semana. Entre as medidas de Lula, incluem-se os programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Mais Médicos. O presidente da Câmara também ameaça travar a indicação dos nomes para compor as comissões mistas, caso não haja acordo entre as duas Casas.

Ao mesmo tempo, o governo corre contra o tempo para apresentar um balanço dos primeiros 100 dias e corre o risco de apresentar resultados fracos e programas requeitados para não aparecer de mãos abanando. Nesta semana, em Brasília, acontece ainda a Marcha dos Prefeitos, com presença confirmada do vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

Acordos com chineses serão adiados

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou, ontem, que a assinatura dos 20 acordos de cooperação entre os governos brasileiro e chinês será adiada. Os tratados seriam firmados durante a visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

à China, adiada por recomendação médica. Fávaro, porém, disse esperar que a nova visita ocorra em breve.

"Quando o governo chinês estiver preparado, estiver com agenda disponível, certamente será remarcado e a gente retorna para dar sequência à assinatura de todos os acordos", disse o ministro a jornalistas, na China. Fávaro está no país asiático desde a última segunda e é o único integrante do primeiro escalão que acabou cumprindo agenda com os chineses.

Questionado sobre possíveis prejuízos que o adiamento da viagem de Lula poderia causar, o ministro frisou que se trata de uma questão de saúde. "Não tem nada mais importante do que o presidente estar bem restabelecido, e todos os acordos que seriam assinados na terça o serão em poucos dias, logo na sequência. Não vejo grandes problemas. Não vai deixar de ter bons resultados", declarou.

Fávaro confirmou que empresários que estão no país asiático defendem a visita de Lula em maio, quando ocorre a maior feira de alimentos do país. Fávaro frisou, no entanto, que o martelo será batido pela China. "Nós não podemos dizer "ah, em maio nós vamos aqui". Quem define a agenda é o governo chinês. Nós vamos ter cautela, assim que o presidente Lula estiver restabelecido, a gente comunica." Apesar do adiamento dos trabalhos governamentais, a agenda empresarial segue normalmente e, na quarta-feira, serão anunciados acordos do setor privado, o que foi classificado pelo ministro como "uma melhora da relação comercial".

Cerca de 240 empresários foram a Pequim acompanhar a comitiva presidencial, sendo mais de 110 do agronegócio. Entre os representantes do setor estão os irmãos Joesley e Wesley Batista, do grupo J F, que controla o frigorífico JBS, e Marcos Molina, da BRF. Ao ser questionado sobre a relação de Lula com o agronegócio, um dos setores mais alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro disse que a comitiva de empresários é sinal de que a relação é boa. "O presidente Lula tem dito que respeita muito a posição democrática de cada um para escolher seu candidato. Aqueles que entenderem que a eleição acabou e quiserem trabalhar pelos próximos quatro anos pelo agronegócio serão muito bem-vindos." Hoje, em Pequim, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com organizações chinesas, realiza um evento empresas dos dois países e contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/03/27/all.pdf>

Pressões da máquina (Editorial)

O reajuste salarial de 9% para os servidores federais deve pacificar por ora as relações entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e as corporações. Entretanto é provável que esta administração petista vá ter mais dificuldade que as anteriores nessa seara.

A medida tem custo estimado em R\$ 11,2 bilhões neste ano e certamente haveria usos mais eficazes do ponto de vista social para tal montante. Mas não chega a ser uma benesse exagerada, uma vez que os últimos aumentos ocorreram em 2019, e o IPCA acumulou 21,7% nos últimos três anos.

O problema para a análise é a falta de parâmetros relativos à remuneração e à quantidade necessária de funcionários na máquina federal. Há décadas o gasto da União com pessoal varia de acordo com as inclinações e condições políticas do governo de turno e as disponibilidades de dinheiro no caixa.

Assim, momentos de bonança na arrecadação -ou de fragilidade presidencial- resultam em reajustes generosos e generalizados, além de mais contratações. Depois, quando os cofres se esvaziam, os salários ficam congelados e os concursos públicos escasseiam.

Em 2009, no segundo mandato de Lula, a despesa com o funcionalismo atingiu 4,6% do Produto Interno Bruto, o maior patamar da série histórica do Tesouro Nacional iniciada em 1997.

Após um ajuste forçado e precário no governo Jair Bolsonaro (PL), o desembolso caiu ao nível historicamente baixo de 3,4% do PIB -e tenha-se em mente que a diferença de 1,2 ponto percentual ante o pico equivale, em valores atuais, a mais de R\$ 120 bilhões.

Tanto na expansão como na retração faltaram critérios e objetivos claros, de modo que não se sabe ao certo qual é a necessidade de cada órgão e qual o padrão remuneratório de cada categoria.

Pode-se afirmar, de todo modo, que os servidores federais figuram entre os trabalhadores mais bem pagos do país, além de contarem com o privilégio da estabilidade no emprego, que deveria se limitar às carreiras típicas de Estado.

A margem para elevação de salários nos próximos anos será estreita, dado que o governo Lula precisa reequilibrar o Orçamento se quiser que os juros do

Banco Central caiam e a economia possa retomar a trajetória de crescimento.

E quase impossível, infelizmente, que a administração petista enfrente o corporativismo estatal e se empenhe numa reforma administrativa mais ambiciosa. Seria necessário rever vencimentos iniciais, hoje muito próximos dos valores pagos no final da carreira, e o alcance da estabilidade.

Resta esperar que a prudência orçamentária se sobreponha às pressões que virão do funcionalismo.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50228>

A lógica fria dos juros assusta? - MARCOS DE VASCONCELLOS

MARCOS DE VASCONCELLOS

O Banco Central, sob a batuta de Campos Neto, trabalha com uma lógica clara em relação à taxa básica de juros (Selic): só dá para cortar quando a **inflação** cair. Isso já foi dito e redito, de forma que é impressionante o mercado ter derretido como derreteu depois da decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) de quarta-feira (22), de manter a Selic a 13,75%.

Veja só: os profissionais de diferentes bancos, corretoras e casas de análise fazem previsão para tudo. Existem plataformas que juntam todas essas previsões e apontam o chamado "consenso de mercado".

Quando o resultado vem diferente do esperado (acima ou abaixo), é normal que haja reação (boa ou ruim) nos preços dos ativos. A manutenção dos juros era justamente o resultado previsto pelo consenso do mercado. E ainda assim o Ibovespa, nosso principal indicador da Bolsa, mergulhou abaixo dos 100 mil pontos.

Não foram poucos os profissionais do mercado financeiro que creditaram o desabamento à manutenção dos juros pelo BC, indo contra a lógica do mercado.

É preciso levar em conta, como sempre, que o Brasil não é uma ilha, principalmente para os grandes investidores globais. O aumento das taxa de juros nos Estados Unidos atrai, novamente, dinheiro para a terra do Tio Sam. E a quebradeira dos bancos lá fora também dá uma forcinha para que os fundos internacionais diminuam suas exposições a ativos de risco (como a Bolsa brasileira).

Sem dados mostrando a queda da **inflação**, o que motivaria uma mudança no entendimento e nas atitudes do BC? Se ele mudar de ideia ao sabor da opinião pública, estará fazendo um mau trabalho (ainda que acerte).

Isso significa que manter a Selic a 13,75% é inquestionável? De forma nenhuma. Vivemos uma **inflação** causada pela redução da oferta, então reprimir a demanda -e é isso que faz uma taxa de juros nessa altura- não necessariamente vai ajudar.

Mas já era assim quando começou a alta, e as premissas do BC continuam as mesmas, tal qual a meta de **inflação**.

Culpar o Copom pelo derretimento do mercado de agora não faz sentido. Ou isso deveria ter sido feito no começo de 2021, quando começou a escalada, com a mesma justificativa usada na última manutenção.

O governo Lula, seja através do presidente, seja por meio de seus ministros, tem bombardeado as decisões do BC.

Até a rede Americanas, em meio à bagunça que causou na economia nacional com seu vergonhoso rombo bilionário, culpou os juros pelo mau cenário que enfrenta. "A indústria subiu fortemente os preços, como reflexo da pressão inflacionária e da taxa de juros elevada, e as famílias brasileiras, endividadas e com poder de compra reduzido, deixaram de comprar itens mais caros", diz em seu plano de recuperação judicial.

Dizer que os juros quebraram a Americanas ou que haverá um arcabouço fiscal que "agradará a todos" não coloca números na mesa do Copom. Só com eles em mãos a turma de Campos Neto vai se mexer.

No **comunicado** publicado na quarta, o Copom dá a receita, listando o que pode levar os juros a cair antes:

- i) uma queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local;
- ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada, em particular em razão de condições adversas no sistema financeiro global; e
- iii) uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

E trago aqui três más notícias, mas que podem ser um bom argumento para a próxima reunião do Copom:

- 1) a agência de classificação de risco S P Global Ratings publicou um relatório afirmando que nos aproximamos de uma onda de calotes no Brasil e em outros países da América Latina. Com os juros altos,

as empresas terão dificuldade de rolar suas dívidas, e o calote torna-se inevitável;

2) uma crise bancária como a que começa a surtir efeito nos EUA e na Europa pode ter força para derrubar a atividade econômica global;

3) o Bank of America diz já ter identificado uma bolha nos títulos de crédito de empresas de tecnologia.

Enquanto esses pontos não ficarem visíveis nas projeções do BC, não adianta reclamar dos juros. A lógica estará mantida.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50228&maxTouch=0&_ga=2.3568372.57140034.1679894828-1380897342.1635735907

Juros reais caem, mas dão pouco alívio para atividade econômica

Eduardo Cucolo

A taxa real de juros, que é a diferença entre as expectativas para a taxa básica e as projeções de **inflação**, caiu nos últimos meses, mas continua em níveis historicamente elevados e exercendo forte pressão sobre a atividade econômica.

O juro real recuou do patamar de 7,7% ao ano no final de 2022 para cerca de 7% nesta semana, segundo o economista Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da administradora, corretora e gestora Warren Rena. Patamar bem superior à taxa considerada "neutra" pelo Banco Central (4% ao ano), aquela que em tese não estimula nem contrai a demanda.

O movimento reflete, principalmente, a queda na expectativa para os juros no prazo de 12 meses. Em dezembro, as taxas negociadas no mercado embutiam a possibilidade de aumento da taxa básica para além dos atuais 13,75% ao ano. Agora, a expectativa é de queda para algo próximo de 12% até o final deste ano.

Um cálculo do Santander que considera a diferença entre as taxas de juros real e neutra para um período de 18 meses à frente, que abrange o efeito máximo do impacto na economia dos juros definidos pelo Banco Central, mostra um recuo de 4,6% em outubro de 2022 -maior valor da série iniciada em 2000- para 4% em março de 2023, menor valor em oito meses, mas ainda próximo das máximas históricas.

Valores acima desse patamar só foram alcançados anteriormente nos momentos de forte aperto monetário de 2003, no primeiro governo Lula, e em 2016, nos governos Dilma Rousseff e Michel **Temer**.

A taxa para o período de 18 meses à frente em termos reais chegou a 9,1% em outubro e está em 8,8% agora. Ela chegou a 18% em 2005, no primeiro governo Lula, quando o BC ainda não tinha autonomia formal.

"O juro real continua em patamar significativamente contracionista. Essa queda é algo que não colabora muito em termos de efeito sobre a atividade", afirma Sérgio Goldenstein, da Warren Rena.

"E a gente está olhando só a taxa de curto prazo. Quando se olha o restante da curva [de juros], as

condições financeiras continuam muito apertadas. Há um prêmio muito elevado que decorre de uma combinação de fatores: incerteza fiscal, risco de alteração na meta de **inflação**, medo de um Banco Central mais leniente a partir de 2025", diz o economista, se referindo ao fim do mandato de Roberto Campos Neto à frente do BC.

Goldenstein afirma que os mercados de capitais e de crédito sofreram com o evento que levou à recuperação judicial das Americanas, o que também tornou mais caro a tomada de crédito para as empresas.

Ele espera uma redução da Selic para 11% até o final do ano, projeção mais otimista que a média do mercado. Esse cenário considera a apresentação de uma nova regra fiscal para substituir o teto de gastos que seja rigoroso no controle das despesas e a redução da pressão do governo sobre o Banco Central por um corte de juros.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, também afirma que a taxa real continua em níveis extremamente elevados, mas diz que uma queda mais rápida dos juros depende de uma queda da **inflação** mais consistente e duradoura no Brasil e do cenário internacional.

Para ela, os juros elevados já contribuem para frear a **inflação**, principalmente de produtos industrializados de alto valor, como automóveis e eletrodomésticos, que dependem de crédito. Há dúvidas, no entanto, sobre o efeito dos gastos do governo sobre a demanda nos próximos anos.

"Os próximos dados que vão ser divulgados em termos de **inflação** tendem a ser mais positivos, porque o processo de desinflação está em curso. Mas é um processo que acontece a passos lentos e às vezes tem repiques", afirma Argenta.

Para medir o efeito da política monetária sobre a economia, os economistas utilizam a taxa real de juros ex-ante, "olhando para a frente", o que reflete melhor o custo de tomar um crédito, por exemplo. Outra forma de calcular a taxa real é "olhando para trás" (ex-post), pela diferença dos juros e da **inflação** nos últimos meses, dado que é mais utilizado na avaliação de investimentos já realizados.

Levantamento do Portal MoneYou e da Infinity Asset Management, divulgado no dia da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central da última quarta (22), mostrou queda na taxa real de juros, considerando o período de 12 meses à frente, de 8,16% em dezembro para 6,94% em março.

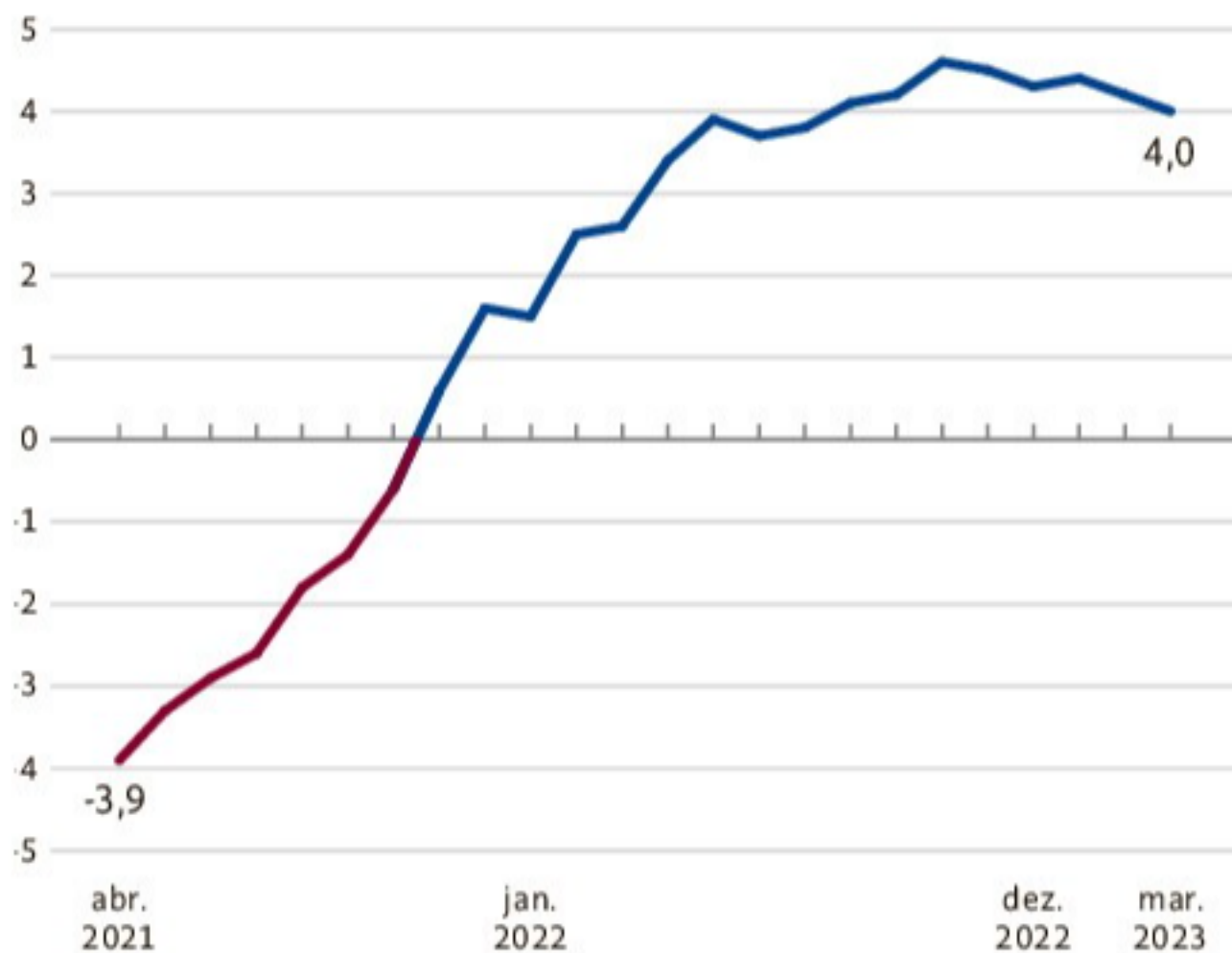
Ainda assim, o país continua com a maior taxa real do mundo, acima dos 6,05% do México, segundo colocado no ranking com 40 economias. De acordo com os responsáveis pelo ranking, desde a reunião do Copom do final de janeiro, 55% desses países elevaram suas taxas de juros, 42,5% mantiveram e 2,5% cortaram.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50228&maxTouch=0&_ga=2.3568372.57140034.1679894828-1380897342.1635735907

Taxa que mede efeito do juro na economia segue elevada

Em % ao ano



Fonte: Santander

Especialistas cobram novas regras de governança e respeito a marcos legais



Estaleiro Ilha S.A., que fechou as portas no fim de 2015, no Rio; setor recebeu R\$ 33,6 bilhões até 2012

LUCIANA DYNEWICZ

Os investimentos em infraestrutura ainda estão longe do patamar considerado ideal pelos especialistas para o País.

Hoje, eles correspondem a 1,8% do **PIB**, mas, para prover uma cobertura minimamente razoável, seria preciso elevar esse número para 4%, na avaliação de Claudio Frischtak, fundador da Inter.B. Se o governo federal pretende aumentar esses aportes, acrescenta ele, é preciso melhorar a governança para ter certeza de que as obras serão concluídas em tempo hábil e terão qualidade.

O economista Marcos Lisboa, ex-presidente do Insuper e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo Lula, destaca, no entanto, que no Brasil não há o costume de se fazer projetos de política pública detalhados.

"Tem de analisar a correlação entre o programa e a geração de emprego, mas também precisa analisar o custo de oportunidade." Lisboa afirma que políticas que já não deram certo estão sendo retomadas sem que sejam estudados os motivos dos fracassos dessas experiências anteriores.

Na análise de Frischtak, mesmo que o governo queira alavancar os aportes em infraestrutura, ele sempre precisará do apoio de empresas privadas, dado o tamanho da demanda que existe no Brasil. Por isso, é importante que marcos regulatórios sejam preservados, garantindo que as companhias tenham segurança para investir.

Para o professor de administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Ciro Biderman, o Estado pode ter um papel relevante na retomada do setor de infraestrutura, mas ele alerta que, "se os

investimentos não forem bem direcionados, o governo vai queimar recursos e não chegar a lugar nenhum". "Tem de ter diretriz estratégica", acrescenta.

ESCOLHA DE PROJETOS.

Biderman lembra dos investimentos feitos para desenvolver a indústria naval nos governos anteriores do PT. Entre 2005 e 2012, o Fundo de Marinha Mercante liberou R\$ 33,6 bilhões (em valores atualizados) para reformas e construção de estaleiros que atenderiam, principalmente, a Petrobras. No período, o número de trabalhadores no setor naval também passou de 2 mil para 70 mil. Com os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e as grandes empreiteiras que investiam no setor, porém, o segmento encolheu e o total de empregados caiu para os 20 mil atuais.

"Por que o governo vai dar novamente subsídio para a indústria naval? Se o setor se provasse competitivo, até entenderia.

Mas não me parece fazer sentido subsidiar uma produção privada", diz Biderman. O professor acrescenta que hoje o portfólio de um programa de incentivo à indústria tem de fazer sentido social e ambiental.

Coordenador do Núcleo de Infraestrutura da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende acrescenta que, para o governo não cometer os mesmos erros do passado, além de governança e transparência precisa trabalhar em um programa de investimentos com poucos e bons projetos.

"Os dois PACs eram grandes demais. Isso provoca dispersão de atenção e perda de previsibilidade.

O governo deveria focar em poucos projetos, mas estruturantes e capazes de mudar a infraestrutura brasileira." Para Resende, o transporte de carga ferroviário seria uma boa opção de investimento.

Hoje, 63% do transporte de carga no País é feito por rodovias, apesar de trens serem apropriados para levar mercadorias como commodities dos centros de produção aos portos.

Estudo indica baixa relação com aumento do **PIB**

Ao alavancar os investimentos em infraestrutura, o governo pretende também impulsionar a economia, dado que a construção é um dos setores que mais geram empregos. Na visão do economista Armando Castelar, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), entretanto, um programa de infraestrutura não é suficiente para fazer o Produto Interno Bruto (**PIB**) avançar de forma significativa.

"Obviamente, é bom fazer investimentos, sobretudo em um país que investe pouco em infraestrutura. Mas, quando você olha como proporção do **PIB**, não é isso que vai fazer a economia andar mais rápido, principalmente se a obra parar no meio", diz Castelar. O economista pondera que, por outro lado, recursos são necessários para fazer investimentos e, se ocorre um aumento de tributação para gerar esses recursos, o resultado final na economia pode ser negativo.

Estudo da Inter.B aponta que a contribuição direta e indireta do PAC para o **PIB** no período entre 2007 e 2014 variou de 0,89% a 1,45% do **PIB**, ficando em média em 1,23%. Assim, Claudio Frischtak, fundador da consultoria, diz que é possível concluir que o investimento não foi suficiente para alterar a trajetória do **PIB**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Quebra de bancos nos EUA reacende debate sobre investimento em bitcoin



Publicidade do bitcoin em rua de Hong Kong; especialistas se dividem sobre valorização da moeda

JENNE ANDRADE

No contexto da crise internacional e da descrença no sistema financeiro tradicional em meados de 2008, nasceu o bitcoin (BTC). À época, o mundo lidava com as consequências da "crise do subprime" - o estouro de uma bolha imobiliária nos EUA que levou à derrocada do mercado financeiro em âmbito global.

O sistema descentralizado (sem um banco central conduzindo a política monetária) do bitcoin surgia como uma alternativa. A criptomoeda já nasceu com a previsão de um volume limitado em 21 milhões, diferentemente das moedas tradicionais, cujos bancos centrais podem expandir a base monetária e gerar **inflação**. Na prática, o sobe e desce no preço do bitcoin é determinado puramente por uma equação de oferta e demanda no mercado.

Nessa toada, a nova crise bancária realimentou no mercado uma discussão sobre se o bitcoin poderia servir como refúgio em tempos de crise. O ativo digital saltou 29,5% de 10 de março até a última terça-feira (21), aos US\$ 28,1 mil (R\$ 147,9 mil, na conversão atual).

O recorte de tempo não foi escolhido aleatoriamente: a segunda sexta-feira do mês marcou a falência do Silicon Valley Bank (SVB), banco de startups de tecnologia do Vale do Silício e 16.^a maior instituição financeira dos EUA.

Depois do SVB, outras instituições financeiras tiveram o mesmo destino ou entraram em crise. Foi o caso do Signature Bank, também dos EUA, e do gigante Credit Suisse - que entrou em colapso na semana passada e

foi socorrido às pressas pelas autoridades suíças por meio de operação que forçou sua venda ao concorrente UBS.

Os especialistas, no entanto, divergem sobre o fato de a maior criptomoeda ser uma alternativa à atual crise bancária, ou seja, um ativo de proteção.

"INVERNO CRIPTO".

A tese de que o bitcoin seria uma reserva de valor como o ouro ou o dólar já foi questionada no ano passado, quando o "inverno cripto" começou. O BTC terminou 2022 no campo negativo (-66,43%, segundo dados levantados pelo Trademap), bem mais do que as Bolsas americanas - Dow Jones com queda de 8,93%, ante 33,41% da Nasdaq e 19,5% do índice S P 500.

Para Vinicius Bazan, head de criptoativos da Empiricus Research, o bitcoin é uma espécie de ouro digital, já que não sofre impactos das políticas monetárias praticadas pelos governos.

Com a atual crise bancária, na visão de Bazan, a tese do bitcoin como principal alternativa ao sistema financeiro tradicional sai fortalecida. Ele frisa que o BTC se valorizou muito mais do que outras criptomoedas após a falência do banco SVB. "Isso mostra que o mercado quer comprar bitcoin, não outras moedas", diz o especialista, que recomenda a alocação de até 5% da carteira em criptos. "Existe uma injeção de liquidez no mundo para salvar os bancos. E liquidez joga a favor de ativos de risco, como o bitcoin e as ações." Por outro lado, há quem veja nessa guinada do BTC mais especulação do que concretude.

Isac Costa, professor de pós-graduação em Direito do Ibmecc, afirma que faltam elementos para que a tese do bitcoin como reserva de valor seja cancelada.

"O ouro tem sido testado há anos como reserva de valor. A volatilidade do bitcoin e sua curta vida fazem com que os economistas discordem da tese de investimento como proteção contra efemérides financeiras", diz Costa.

O professor ressalta que o investidor só deve colocar no mercado cripto a quantia que aceita perder na

totalidade. "É um mercado que ainda tem muito a provar sobre sua capacidade de financiar empresas e projetos. Por ora, ainda é dominado por ondas especulativas que o aproximam de um mercado de apostas, infelizmente", afirma Costa.

Para Bazan, da Empiricus, porém, o bitcoin estaria deixando para trás o "bear market" (mercado de baixa) que se instalou no ano passado para entrar em um "bull market" (mercado de alta). "A cripto deve se valorizar tanto num cenário de crise, como agora, quanto em um cenário de melhora econômica nos próximos anos." Enquanto isso, o mercado aguarda as confirmações.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empurrão para o PIB em 2023



hora (na
) — diz.
Bolsa Fa-
influência
da dispo-
relatório
jado ao
ivi-
s

Extra. Edivânia,
com o bebê, e
Francisca
recebem o
adicional de R\$
150 por criança

-
-
is
m
aso

que
ago-
ou-
is-



FERNANDA TRISOTTO E VITOR DA COSTA
economia@oglobo.com.br

Depois de 15 anos trabalhando com carteira assinada, Edivânia de Jesus dos Anjos, de 38 anos, perdeu o emprego no começo da pandemia, em 2020. Como a empresa demorou a dar baixa no seu registro profissional, ela ficou sem a renda do trabalho e sem acesso ao Cadastro Único, porta de entrada para benefícios sociais do governo. Há seis meses, conseguiu regularizar a situação e começou a receber o Auxílio Brasil de R\$ 600.

No governo Lula, o benefício voltou a ter o nome de Bolsa Família e foi acrescido de novos valores de acordo com a composição familiar. Com ele, Edivânia sustenta a casa com dois filhos enquanto tenta empreender em Santa Luzia, região de ocupação

irregular em Brasília, onde mora. Neste mês, passou a receber mais R\$ 150 por causa do filho de 10 meses, Roni: - Esse dinheiro extra ajuda, mas é para fralda. Meu sonho é não precisar mais (do Bolsa Família). Nunca recebi nada, mas quando me vi sem opções, fui atrás da assistência social -conta.

É por esse adicional de R\$ 150 pago a famílias com crianças de até seis anos que economistas projetam um forte impacto positivo do Bolsa Família sobre uma das principais bandeiras de campanha do presidente Lula, a redução da pobreza. E também estimam um aumento maior que o anteriormente previsto na renda, elevando o consumo e evitando uma desaceleração maior da economia em 2023.

O economista Daniel Duque, do Ibre/FGV, explica que, no terceiro trimestre de 2022, último dado disponível pelo IBGE, o Brasil tinha 12,47 milhões de brasileiros na pobreza extrema ou miséria (renda de até R\$ 208 mensais por pessoa do domicílio). Se o novo o Bolsa Família já estivesse em vigor, pelas suas contas, haveria 3 milhões a menos nessa condição. Por isso, ele estima que, neste ano, esse contingente vai recuar para 9,46 milhões de pessoas.

- Com o desenho atual, de R\$ 600 por família e R\$ 150 por criança, dá para esperar bastante melhora (na redução da pobreza) - diz.

A XP estima que o Bolsa Família terá uma forte influência sobre a massa de renda disponível às famílias. Em relatório da corretora antecipado ao GLOBO com exclusividade, os economistas Rodolfo Margato e Tiago Sbardelotto projetam crescimento de 3,5% do indicador neste ano. Desses 3,5%, 1,4 ponto percentual corresponde à ampliação das transferências com proteção social, no caso o Bolsa Família.

Margato destaca que ele deve ganhar protagonismo em relação a outros programas de assistência social, com forte influência sobre o consumo, importante motor para o avanço do **PIB**. Com isso, os economistas estimam crescimento 1% da economia em 2023.

-Neste ano, as transferências de renda mais volumosas tendem a prover uma sustentação para o consumo e suavizar a desaceleração em curso do gasto das famílias. A variação do consumo das famílias poderia ser até negativa se não fosse o aumento da renda disponível -disse Margato.

O orçamento do Bolsa Família saltará de cerca R\$ 100 bilhões em 2022 para R\$ 175 bilhões em 2023. A transferência mensal média era de R\$ 608 até ano passado e passará a R\$ 670 neste mês, distribuídos para aproximadamente 21 milhões de famílias. O adicional de R\$ 150, para 8,9 milhões de crianças menores de 6 anos, passou a valer em março de 2023, e o acréscimo de R\$ 50 para aproximadamente 15 milhões de crianças e adolescentes de 7 a 18 anos e gestantes será distribuído a partir de junho.

FOCO NAS CRIANÇAS Ao recalibrar o Bolsa Família privilegiando crianças, o governo do PT quer repetir o sucesso da fórmula de redução da pobreza. O aumento no tíquete médio, que vai para R\$ 714 em junho, e a melhora na focalização terão efeitos quase imediatos sobre vulneráveis.

-Tudo indica que a focalização, apesar da manutenção do piso mínimo, vai melhorar e é razoável esperar uma redução da pobreza, já que o tíquete médio de quem é pobre aumenta com os adicionais por criança -avalia Cecília Machado, economista-chefe do banco Bocom BBM.

Francisca Batista de Oliveira Neta, de 18 anos, mora em Santa Luzia com a filha de dois anos. É do Bolsa Família que tira a renda para sustentar a casa - e pagar inclusive a creche, onde deixa a menina para procurar trabalho: - Os R\$ 150 fizeram diferença. Dá uma folga para comprar as coisas da minha filha, principalmente fralda.

LINHA DE CORTE MAIOR Para Cecília Machado, essa elevação poderá ter um efeito potencial de movimentar a economia, porque as famílias mais pobres precisam gastar esse dinheiro para necessidades básicas. Em cidades menores, onde a economia é menos dinâmica, o giro na economia acaba sendo mais importante. Ainda assim, esse efeito depende da condução das políticas fiscal monetária: -É um balanço complicado, porque temos políticas fiscal e monetária em direções opostas. Mas vem aí também o reajuste do salário mínimo, mais possibilidades de reajustes salariais pela **inflação** com a queda do desemprego. A economia segue mais resiliente pela alta da massa salarial, que reflete o aumento da transferência de renda.

Também será retomada a cobrança das condicionalidades, como frequência escolar e vacinação.

- No ano passado, eu não era cobrada, mas acho ótima a cobrança. Nesta semana mesmo já levei meu filho para a pesagem e ele está com o cartão de vacinação em dia -diz Edivânia.

A linha de corte para ingresso no Bolsa Família também passará de R\$ 210 para R\$ 218, o que vai permitir que mais famílias sejam incorporadas ao programa. Só em março, ingressarão quase 700 mil famílias que atendiam os requisitos, mas estavam fora porque não havia espaço no orçamento para pagá-las. A entrada dessas famílias faz parte de um pente-fino do governo no Cadastro Único, que tem o objetivo de retirar aquelas que não atendem aos critérios do programa. Até agora, foi identificada e removida cerca de 1,5 milhão de famílias.

Na avaliação do pesquisador do Insper Alysso Portella, é por esse ajuste fino que o governo vai conseguir ter ganhos na redução da pobreza.

- Desde a crise de 2014/ 2015, o desemprego subiu e os salários ficaram estagnados, entramos em outro período de recessão, piorado pela Covid. O Bolsa Família vai tentar socorrer essas pessoas.

A eficiência do novo programa só vai ser mensurada na prática, na avaliação de Marcelo Neri, diretor da FGV Social, quando se determinar quantos vulneráveis serão atingidos e mantidos no programa.

-Um programa mais pró-pobre é socialmente mais efetivo e gera impacto macroeconômico maior, mas a complicação disso tudo é esse piso de R\$ 600 vinculado por família - diz Neri, que considera essa uma herança ruim do governo Bolsonaro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IMPULSO SOCIAL

Com o novo Bolsa Família, o governo promove a partir de março mais um salto na transferência de renda para as famílias pobres



R\$ 670
é o pagamento médio por família

21,1 milhões
de famílias serão beneficiadas

Com a revisão do cadastro, **1,48 milhão** de beneficiários foram excluídos e **694,2 mil**, incluídos

R\$ 142
é o valor mínimo pago por pessoa da família

R\$ 150
é o acréscimo para cada criança com menos de 6 anos a partir de março

8,9 milhões
de crianças serão beneficiadas

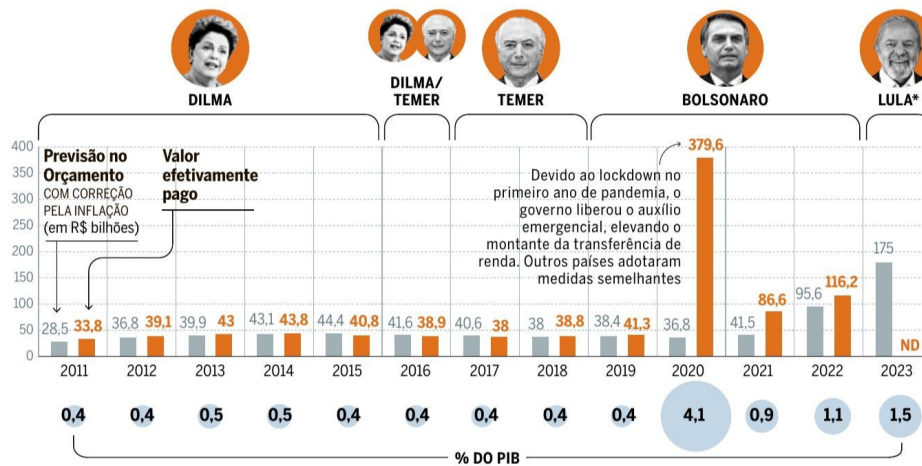
R\$ 50
é o acréscimo para cada criança e adolescente de 7 a 18 anos e grávidas a partir de junho

15 milhões
vão receber a transferência

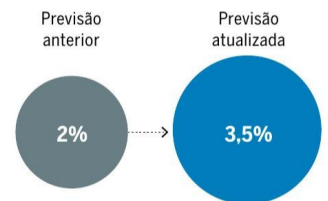
EM JUNHO, O VALOR MÉDIO DEVE SUBIR 17,4% EM RELAÇÃO AO DO ANO PASSADO



As transferências a famílias pobres neste ano representam uma parcela no PIB que é 3 vezes a que o Bolsa Família tinha até o início do governo Bolsonaro



O maior impacto das transferências levou a XP a rever sua previsão para o aumento da renda disponível para consumo das famílias neste ano...



Desse aumento, **1,44** ponto porcentual virá somente das transferências para famílias pobres

... e o pesquisador Daniel Duque (FGV) a prever forte queda na pobreza.

3 milhões

é o número de pessoas que devem sair da extrema pobreza** em 2023 com o Novo Bolsa Família

(*) Estimativa. (**) Condição definida por renda mensal inferior a R\$ 208
Fontes: XP Investimentos, Siga Brasil (Valores corrigidos pelo IPCA até fevereiro de 2023), Daniel Duque (FGV) e Agência Brasil

Gasto social de qualidade é investimento - RICARDO HENRIQUES



RICARDO HENRIQUES

Investimento social não pode ser considerado gasto". Essa tem sido uma afirmação frequente do presidente Lula, quando confrontado com o discurso de que determinada política fundamental para o bem-estar da população poderia gerar descontrolado nas contas públicas. De fato, o investimento em áreas como saúde, educação e combate à pobreza precisa ser considerado prioritário, tanto pelo retorno de longo prazo quanto pela garantia imediata de direitos básicos, especialmente dos mais vulneráveis. Por vezes esta fala é interpretada como defesa de uma irresponsabilidade fiscal, mas os sinais dados pelos ministérios das áreas econômica e de planejamento mostram que há um compromisso do governo federal em preservar a saúde financeira, mantendo espaço para os investimentos tão necessários na área social.

A busca por esse equilíbrio não é simples, e é necessário colocar nessa equação também outra dimensão: a qualidade do investimento. Resultados sociais não serão realizados por geração espontânea, senão por uma cadeia de resultados referenciada pelo bom uso dos recursos públicos, com frequente monitoramento e avaliação, e pela execução de processos adequados de forma consistente. Quando o gasto é orientado pela eficiência, eficácia e efetividade, ele se traduzirá em melhoria nas condições de vida da população, objetivo principal de qualquer política pública social.

A agenda de defesa da responsabilidade fiscal não é monopólio de uma única corrente de pensamento, e

não deve ser entendida como a negação da responsabilidade social. Um governo responsável e comprometido com a garantia de direitos deve reconhecer que o necessário investimento público não pode ser financiado pelo aumento descontrolado da **inflação** ou da dívida pública, mantendo compatibilidade com o nível de arrecadação. Afinal, uma boa política fiscal tem por finalidade distribuir renda e prover bens públicos, podendo fortalecer a agenda de justiça social.

Para tanto, quando qualificado, o gasto social tem muito a contribuir, sendo capaz de promover o crescimento econômico e desenvolvimento humano ao mesmo tempo.

Segundo relatório publicado pelo Ipea em 2011, para cada 1% a mais investido em educação e saúde, há um efeito multiplicador que aumenta em 1,78% o **PIB** e em 1,56% a renda das famílias. Seu efeito supera os retornos de investimento na construção civil, na exportação de commodities agrícolas e no pagamento de juros. Isso é explicado, em parte, pelo gasto social beneficiar principalmente os estratos m gasto social mostra-se profícua estratégia para fortalecer economicamente o país, garantindo um arranjo social equilibrado.

Por outro lado, a redução abrupta no investimento social pode contribuir para o enfraquecimento das democracias e para a ascensão de movimentos autoritários, conforme vimos nos últimos anos no mundo e no Brasil, em particular. Uma das implicações de fragilizar o pacto social, segundo Daron Acemoglu e coautores, em artigo de 2019, é dirimir o desempenho econômico no longo prazo. Os autores argumentam que isso ocorre porque, em geral, as democracias tendem a aumentar investimentos, incentivar reformas econômicas e, sobretudo, qualificar a educação e a saúde.

Com efeito, reduzir gastos sociais pode ser altamente custoso para governos não efetivos na garantia dos direitos às populações. Democracias precisam entregar serviços públicos de qualidade, economias sustentáveis e condições reais para mobilidade social ascendente. Em vários lugares do globo, infelizmente, elas têm falhado nessa missão, frustrando expectativas de grande parte da população e colocando em risco sua estabilidade.

O debate sobre o investimento e a qualidade do gasto social é de grande relevância para o Brasil, pois as políticas sociais formam um complexo sistema que materializa esforços históricos para a garantia de direitos da população brasileira. Também não resta dúvida de que a estabilidade fiscal é uma condição fundamental para o crescimento econômico sustentável.

No entanto, quando isso acontece em detrimento de o Estado garantir tais direitos, os pactos sociais que sustentam as democracias contemporâneas ficam ameaçados, abrindo espaço para movimentos extremistas mundo afora. É neste contexto, com intencionalidade, que o investimento social com qualidade é dimensão-chave para o dinamismo econômico e para democracia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FMI alerta para risco à estabilidade financeira

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, alertou ontem sobre o aumento dos riscos à estabilidade financeira e a necessidade de vigilância contínua após a recente turbulência do setor bancário nas últimas semanas.

-Está claro que os riscos para a estabilidade financeira aumentaram. Em um momento de níveis de endividamento mais altos, a rápida transição de um período prolongado de juros baixos para taxas muito mais altas, necessárias para combater a **inflação**, inevitavelmente gera tensões e vulnerabilidades, como evidenciado pelos eventos recentes - disse a chefe do FMI, em um fórum sobre desenvolvimento da China, organizado pelo governo chinês em Pequim.

A falência do banco californiano Silicon Valley Bank, no último dia 10, gerou uma onda de preocupação no setor bancário de Estados Unidos e Europa, que incluiu entre seus efeitos a venda apressada do Credit Suisse a seu rival UBS.

Para Kristalina, os formuladores de políticas agiram de forma decisiva e aliviaram o estresse do mercado, mas a incerteza ainda é alta, "o que ressalta a necessidade de vigilância". Ela reiterou que 2023 será outro ano desafiador, com o crescimento global desacelerando para menos de 3% devido às cicatrizes da pandemia, a guerra na Ucrânia e o aperto monetário pesando sobre a atividade econômica.

Nesse contexto, destacou que a "forte recuperação" na economia da China é importante para o mundo: -A China deve responder por cerca de um terço do crescimento global em 2023, um impulso bem-vindo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fim do embargo chinês deve ter impacto no preço da carne

Lucianne Carneiro Do Rio

O fim do embargo para a venda de carne bovina para a China pode afetar a queda dos preços de carne para o consumidor brasileiro.

Os preços do boi gordo já começaram a se recuperar com a notícia, mas deve ocorrer um período de ajuste e depende da capacidade de compra do consumidor.

Além disso, outros fatores colaboram para a continuidade da queda de preços, como alta expressiva acumulada nos últimos anos, redução de custo de rações e aumento de abatements. Na previsão da LCA Consultores, os preços de carnes fecham 2023 com queda de 3,5%. Pela **inflação** oficial do governo, houve alta de 32,4% em 2019, 18% em 2020, 8,5% em 2021 e 1,8% em 2022. Isso significa, portanto, que a previsão é de preços a partir de patamares elevados.

Para o economista Fábio Romão, responsável pelas projeções, a volta das exportações para a China deve contribuir para uma queda menos intensa dos preços no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechado de março que na prévia medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15). Ele diz que a questão das exportações era mais um fator para a queda da carne bovina, mas não o único.

"Também tem barateamento do custo de rações, com milho e soja, aumento de abate em 2022, o que não acontecia há dois anos, e altas expressivas de anos anteriores.

Essa queda de 3,5% não devolve essas altas monumentais, mas é uma mudança de tendência frente aos últimos anos." No IPCA-15 de março, os preços de carnes caíram 0,91%, a maior queda desde novembro de 2021 (-1,15%). Alguns cortes tiveram redução ainda maiores: picanha (-1,43%), contrafilé (-2,04%) e patinho (-1,37%).

No resultado acumulado em 12 meses até março, o preço das carnes acumula queda de 2,23%.

Em **comunicado** a clientes, o Monitor Agro, do Bradesco, informou que os preços de boi gordo no mercado doméstico tendem a se recuperar com a volta das vendas da China.

A suspensão das vendas da carne brasileira à China vigorou por um mês, entre 23 de fevereiro e 23 de março, por causa de um caso de mal de vaca louca no Pará. O fim do embargo ocorreu na quinta-feira (23), na véspera da viagem do governo Lula ao país asiático.

Para o pesquisador da área de pecuária do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP Thiago Bernardino de Carvalho, a tendência é de recuperação dos preços da carne no atacado, movimento já iniciado imediatamente após o anúncio do fim do embargo. Ele diz, no entanto, que deve ocorrer um período de ajuste e a carne já vinha de altas intensas de preços.

"Com o anúncio da China, já tem uma valorização dos animais e pode sim ser um termômetro de uma valorização da carne.

Mas pode ter uma valorização rápida e depois se ajusta. A gente teve ao longo de 2020, 2021 e 2022 uma forte valorização da carne. E a **inflação** como um todo também ficou elevada, ultrapassou 10%, isso tira o poder de compra do consumidor", afirma.

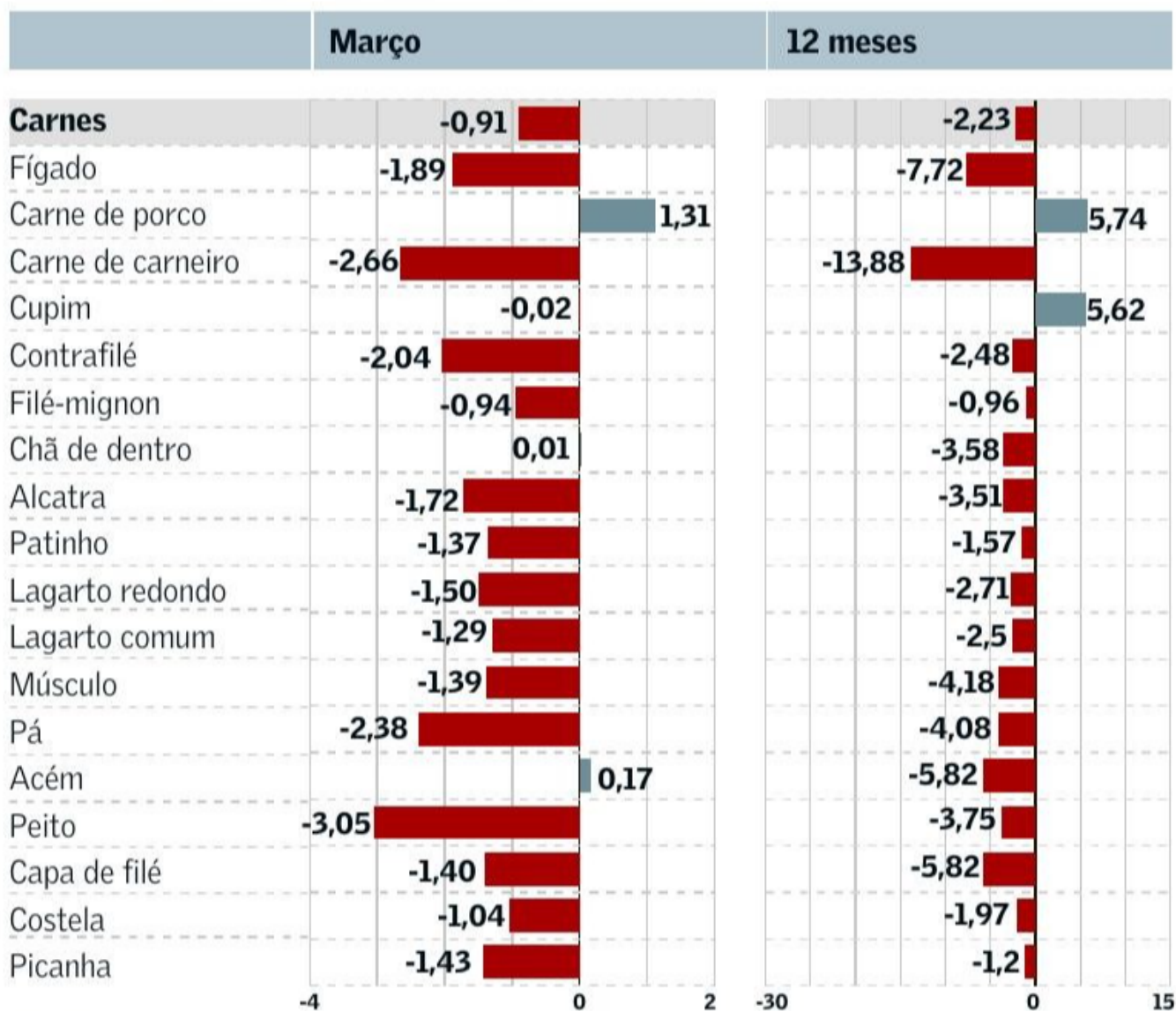
Ele lembra, por exemplo, das trocas do consumidor da carne bovina de cortes mais nobres por outros e também a substituição por carne suína, frango e até ovo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187502?page=1§ion=1>

Movimento de queda

Variação dos preços de carne pelo IPCA-15, em %



Fonte: IBGE